

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM INCLUSÃO
SOCIAL**

**SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE ENSINAR A
CRIANÇA A CONVIVER COM AS DIFERENÇAS.**

MARIA ZONITA RODRIGUES XAVIER

ORIENTADOR: Prof. ILSO FERNANDES DO CARMO

ARIPUANÃ/2013

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM INCLUSÃO
SOCIAL**

**SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE ENSINAR A
CRIANÇA A CONVIVER COM AS DIFERENÇAS.**

MARIA ZONITA RODRIGUES XAVIER

ORIENTADOR: Prof. ILSO FERNANDES DO CARMO

*"Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de
Especialização em Psicopedagogia com
Ênfase em Inclusão Social."*

ARIPUANÃ/2013

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto de ser filho único sobre as características de relacionamento com amigos e pais, desempenho escolar e comportamento social. A pesquisa foi realizada no Centro de Educação Infantil localizada na cidade de Aripuanã/MT e teve como universo de duas crianças na faixa etária de 3 a 4 anos de idade. A observação teve duração de seis meses. Para fundamentar o estudo, serviram como referencial teórico autores como: TIBA (1996); WALLON (1971); SIMIONATO & OLIVEIRA (2000); SANTOS (2011); OLIVEIRA (2012); NABINGER (2009), e outros que dão suporte ao levantamento e análise dos dados. A coleta de dados permitiu uma importante reflexão sobre a questão da responsabilidade das instituições família e escola para o desenvolvimento e socialização da criança. Foi possível perceber que a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, o papel de socialização da criança passou a ser dividido com os centros de educação infantil e creches. A instituição família tem passado por grandes transformações nos séculos XX e XXI reduzindo o número de filhos e cada vez mais casais optam por apenas um filho e isso tem refletido na formação e no desenvolvimento infantil. Observa-se, contudo, a falta de tempo de convívio com os pais tem colocado os pequenos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, o Estado vem desenvolvendo políticas públicas com a finalidade de atender essa parcela da população e, em nível nacional, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como forma de garantir um atendimento eficiente. Mas, o trabalho com crianças exige formação especializada, especialmente pelo fato de haver uma grande diversidade cultural e, nessa fase, o convívio com a sociedade de consumo, muitas vezes pode gerar conflitos.

Palavras-chave: família; crianças; educação infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO I - A FAMÍLIA DOS SÉCULOS XX E XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	06
1.1.O século XX: as transformações e a dinâmica familiar brasileira.....	06
CAPÍTULO II A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA ATUALIDADE BRASILEIRA.....	11
CAPÍTULO III - AS DIFICULDADES DE CONVIVER COM AS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	18
3.1 O comportamento de filhos únicos no ambiente escolar do Centro de Educação Infantil de Aripuanã /MT.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	39

INTRODUÇÃO

Toda a criança tem o direito de crescer livre, feliz e protegida. A legislação brasileira determina que o Estado e a família sejam corresponsáveis pela educação da criança, Por se falar em família, considerada a célula mãe da sociedade, a dinâmica social brasileira dos últimos quarenta anos tem sofrido transformações profunda. Dados do IBGE publicados pelo jornal ZERO Hora (2012), anunciaram que o

número de filhos por mulher chegou a 6,28 em 1960, antes de cair para 2,38, em 2000. Atualmente, com 193 milhões de pessoas, o Brasil é um país jovem, cuja população cresceu 1,7% na última década. Isso significa que muitas famílias optaram por apenas um filho.

Várias são as possíveis causas para essa redução das famílias brasileiras, entre as quais, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a intensa urbanização ocorrida na segunda metade do século XX.

Todo esse processo suscitou pesquisas e fez com que as mais diversas áreas das ciências sociais a se preocuparem com o fenômeno do filho único. A educação infantil, um lugar propício para se observar o comportamento das crianças também tornou-se um lugar de pesquisa, tendo em vista que essa faixa etária é um momento rico tanto para a criança, quanto para estudo, pois ali a as crianças interagem de maneiras muito variadas. As creches e escolas de educação infantil recebem uma gama de alunos oriundos de famílias de culturas diversas, e de todas as classes sociais. E nesse universo, os profissionais que ali trabalham precisam estreitar os laços com essas famílias, a fim de poder atender seus alunos da maneira mais eficiente possível. Para tanto é preciso conhecer o modo de vida de cada uma das famílias, pois de acordo com ALVES (1997, p. 1), *“a família tem especificidades que a distinguem de qualquer outra instituição e nela se defrontam e se compõem as forças da subjetividade e do social.”* Muitas vezes, seja por falta de tempo, seja pelas dificuldades do cotidiano, essas famílias têm dificuldades de estabelecer limites às crianças, e estas, por sua vez refletem essa educação no convívio com outras na escola, onde tem dificuldades de relacionamento com os colegas. Para TIBA (1996), é importante o estabelecimento de limites e a valorização da disciplina e isso só ocorrerá com a presença de uma autoridade responsável.

Com o objetivo de avaliar o impacto de ser filho único sobre as características de relacionamento com amigos e pais, desempenho escolar e comportamento social, foi realizada uma pesquisa com dez mães de alunos de 3 e 4 anos de uma turma do Centro de Educação Infantil Albertina dos Santos da cidade de Aripuanã, para compreender essa realidade.

Os resultados da pesquisa formam o corpus deste trabalho. Para melhor compreender a dinâmica familiar, foi pesquisado sobre a instituição família do século XX e XXI, tema que aparece no Primeiro capítulo. No Segundo Capítulo será abordado sobre a relação família/escola na atualidade brasileira. No terceiro Capítulo será feita uma reflexão sobre as dificuldades de conviver com as diferenças na educação infantil, onde aparecem os dados levantados na pesquisa com as mães dos alunos, tema que deu origem à pesquisa. Nas considerações finais, será apresentado o resultado da pesquisa e a conclusão a que se chegou depois de confrontar os dados levantados.

CAPITULO I

A FAMÍLIA DOS SÉCULOS XX E XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

1.1 O SÉCULO XX: AS TRANSFORMAÇÕES E A DINÂMICA FAMILIAR BRASILEIRA

Ao perguntarmos a uma criança o que é família, ela tem uma definição do que a palavra representa em sua vida. Mas, para compreendermos o sentido de família, NASCIMENTO (2006, p. 3) aponta que *“Historicamente, o termo família origina-se do latim “famulus” que significa: conjunto de servos e dependentes, de um chefe ou senhor, que vivem sob um mesmo teto.”* Portanto, segundo o autor, pode-se compreender que sob o mesmo teto, convivem (pai mãe e filhos).

Nas quatro primeiras décadas do século XX a população brasileira era predominantemente rural, porém com o advento da industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, houve um acelerado processo de urbanização com intensa migração SILVA & CHAVEIRO (2009). Por essa razão, segundo os autores, as famílias eram patriarcal-patrimonialistas constituídas de trabalhadores com divisão sexual do trabalho, cabendo à mulher esposa a responsabilidade de zelar pela casa e pelas crianças.

Como a grande maioria da sociedade brasileira vivia no meio rural, SILVA & CHAVEIRO (2009, p. 175) apontam que *“As famílias rurais constituíam uma unidade de produção básica, sustentada pela agricultura de subsistência, com uma prole numerosa enquanto força de trabalho e controle pelo pai”*. Nesse caso, era a própria família quem exercia o comando através da figura do pai e os filhos auxiliavam na produção agrícola para satisfazer as necessidades básicas.

LAUWE & HENRI (1965), apontam que as transformações sociais e a evolução para a democracia possuem estreita ligação com a evolução da família.

Para SIMIONATO & OLIVEIRA (2000) houve mudanças no conceito de família e da instituição casamento as quais passara por grandes transformações principalmente nas últimas três décadas do século XX. Para as autoras, Essas transformações foram marcantes no final dos anos 60, quando a religião foi perdendo força, com o crescente número de divórcios. Isso fica claro quando as autoras (op. cit, p. 61), parafraseando SENNA E ANTUNES (2003), afirmam que

a composição das famílias brasileiras, especialmente nas últimas três décadas, vem passando por várias alterações, do ponto de vista demográfico, e embora tais alterações ocorram de forma diferenciada nas diversas regiões do país, algumas ocorrem de forma mais ou menos similar, como a redução da natalidade e o aumento da longevidade das pessoas. As autoras assinalam que as famílias vêm se tornando menores...

Com as mudanças provocadas pela intensa urbanização e da inserção da mulher no mercado de trabalho, o tempo disponível para dedicar-se aos cuidados com os filhos foi reduzido, pois esta passou a acumular dupla jornada de trabalho. Com isso, LAUWE & HENRI (1965, p.480-481) apontam que

O estudo da função de consumo levanta, para as famílias numerosas, o problema das *comparações por unidades de consumo*. As escalas actualmente utilizadas em tais comparações, em especial a impropriamente chamada «escala de Oxford», parece--nos que desfavorecem nitidamente as famílias com grande número de membros, pelo que deveriam ser modificadas.

Nessa perspectiva, as mudanças ocorridas advindas das migrações e necessidade de adaptações à nova realidade, inclusive de ocupação espacial, as famílias foram diminuindo de tamanho.

as transformações internas e externas das famílias há diferentes aspectos a serem considerados, além do tempo e espaço LAUWE & HENRI (1965, p. 483).

Os diferentes aspectos a considerar devem incidir sobre o espaço e o tempo, os trabalhos quotidianos, os orçamentos, a educação e as actividades culturais. A noção de grupo familiar esteve sempre e continua a estar ligada à de espaço.

O espaço urbano parece favorecer essas transformações, pelas razões apontadas pelos autores, destacando-se, principalmente a o aspecto relacionado aos orçamentos, pois nesse espaço, tudo as pessoas desejam realizar, depende de recursos financeiros. Nessa condição, como a maior parte da população é de baixo poder aquisitivo, a redução no número de filhos pode ter representado uma alternativa de sobrevivência, já que as mães ingressaram no mercado de trabalho, não tendo com quem deixar os filhos. Isso pode ser visto em LUWISCH (2001, p. 1)

Famílias nucleares numerosas foram substituídas por famílias cada vez menores. Antigamente a função mais importante da mulher era ter e criar filhos e para isso contava com a orientação e ajuda da própria mãe, sogra, avó, tia e toda a linhagem feminina da família. Actualmente, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, já não contam com muitas ajudas e ambos os pais assumem o quotidiano da casa e o cuidar dos filhos. Mães e pais têm carreiras, ambições profissionais e a falta de ajuda objectiva para cuidar e os altos custos financeiros relativos à criação e à educação de uma criança, levam, cada vez mais, os casais à opção do "filho único".

Para NASCIMENTO (2006), nesse fenômeno da migração associado à nova realidade condicionada pela questão urbano/rural, com o controle da produção sendo transferido da família para os empresários capitalistas e Estado representam

o marco do novo tipo de família que começa se estruturar por volta da metade do século XX, com o enfraquecimento das relações de parentesco e no tamanho das famílias e, conseqüentemente a perda de poder do pai e do marido.

Nas últimas três décadas do século XX se configura no que VIEIRA (2010) denomina de família mosaico, pois com o divórcio e novos casamentos, os casais passam a conviver com filhos e enteados. Muda com isso o conceito de relações entre pais e filhos.

Com isso, no despertar do século XXI há espaço para vários modelos de famílias, assunto que será abordado no próximo tópico.

1.2. A FAMÍLIA DO SÉCULO XXI

A gênese das grandes transformações sofridas pela instituição família está relacionada à inserção da mulher no mercado de trabalho no final da década de 60 com a intensa industrialização. Isso pode ser visto em OLIVEIRA (2012, p. 1), que aponta as mudanças ocorridas na sociedade, tendo a mulher

cada vez mais tem ocupado cargos remunerados, e muitas vezes elas tem sido as únicas provedoras das suas famílias. As relações conjugais encontram-se cada vez mais delicadas e o número de filhos passou a ser reduzido.

A mudança de vida do meio rural para o urbano vai provocar transformações ainda maiores nos anos seguintes.

Nesse contexto surgem múltiplas organizações familiares em que os casamentos sucessivos com parceiros distintos acabaram reunindo filhos de diferentes relacionamentos sob o mesmo teto. Ocorre ainda que casais homossexuais conquistaram o direito de adotar um filho legalmente, surgindo ainda as denominadas *“produções independentes” tornam-se mais freqüentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos*”. (SIMIONATO & OLIVEIRA, 2000, p. 60).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 dedica um capítulo especial à família. Para SIMIONATO & OLIVEIRA (2000, p. 1) a Carta Magna representou grandes avanços *“um marco na evolução do conceito de família”*. Os laços de consanguinidade não são mais os aspectos mais relevantes para caracterizar a instituição familiar.

NABINGER (2009, p. 45) afirma que o tema “família”, dada a sua complexidade, pode ser tratado sob diferentes óticas, entre as quais, “*histórico, antropológico, sociológico, psicológico, jurídico, etc.*” A autora apresenta também os diferentes núcleos familiares atuais entre as quais a família nuclear; a família recomposta; a família monoparental, a família canguru; a família homoafetiva; a família adotiva; a família da reprodução assistida. Esses modelos de famílias não são frutos do acaso, mas são as multifaces advindas do progresso advindo com as relações que foram sendo construídas a partir da urbanização.

Para NASCIMENTO (2006), o ambicioso projeto desenvolvimentista de Kubitschek de promover um acelerado desenvolvimento econômico (cinquenta anos em cinco), tendo como pilar desse processo a intensa industrialização, o Censo Demográfico de 1960, o sétimo realizado desde o Império, tendo a indústria como mola propulsora aponta para um retrato das dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira, sendo o êxodo rural contribuído para a marginalização de populações inteiras nos centros urbanos e conseqüentemente promovendo altas taxas de desemprego.

Nesse sentido, SIMIONATO & OLIVEIRA (2000), apontam que a família pós-moderna ou pluralista, como é compreendida a família do século XXI, não se refere ao enfraquecimento da instituição, mas deu-se em função ao aparecimento de novos modelos da instituição familiar.

Segundo NASCIMENTO (2006), no Censo de 1980 foram introduzidos novos dados com a classificação das famílias ali existentes com a classificação três categorias: nuclear, estendida e composta. Com isso foi possível observar que mudanças importantes ocorreram nas relações familiares, sendo que apareceram domicílios em que a chefia deste ou, da família, era desempenhado por homens, mas aqui já apareceram mulheres como chefes de família, não caracterizado apenas pela ausência masculina, mas também a presença da pessoa do sexo masculino.

Pode-se observar que a própria sociedade, fruto do sistema em transformação, influenciou decisivamente as relações de poder no interior das famílias e isso influenciou também as relações desta com a escola. Com isso alteraram-se também as relações da família com a instituição escolar. Com o surgimento de novos arranjos familiares, fruto das mudanças nos introduzidas através dos padrões públicos que “*governavam a conduta sexual, a parceria e a procriação, sendo uma era de extraordinária liberalização para as mulheres e para*

os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual" (HOBSBAWM, 1998, apud SANTOS 2011, p. 3). Isso pode ser observado também em OLIVEIRA (2012), que afirma que essas transformações sofridas pela sociedade brasileira após anos de ditadura militar a qual se pluralizou tanto no campo, quanto na cidade. Diante dessa realidade, é preciso compreender as novas relações que se estabeleceram entre as instituições família e escola na nova sociedade. Sobre esse tema, será tratado no capítulo a seguir.

CAPITULO II

A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Na sociedade de consumo, a família se caracteriza pelas relações harmônicas, porém pode haver contradições nessas relações, observadas em famílias de todos os níveis sociais, como pode ser visto em OLIVEIRA (2012, p. 8) que *“Tanto as famílias pobres ou as carentes, são marcadas por conflitos de toda ordem, inclusive os gerados pelo consumismo”*.

Diante dessa realidade, SIMIONATO & OLIVEIRA (2000, p. 63) apontam que *“as crianças são os membros mais vulneráveis às situações de conflitos no grupo e, neste sentido, estão mais expostas que os demais, justamente por não ter autonomia e capacidade plena de defesa e resolução”*. Possivelmente diante da falta de tempo dos pais que passam a maior parte do tempo longe dos filhos.

Nessas condições, cada vez mais famílias passaram a limitar o número de filhos, como pode ser observada em BERQUÓ (1989), que aponta a possibilidade de limitar o número de filhos associada aos avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX, como foram fatores decisivos para essas transformações. Também SILVA & CHAVEIRO (2009, p. 172) abordam a questão da redução no número de filhos pelas famílias e atribuem isso a fatores como

a mudança na dimensão temporal de convivência; a instabilidade econômica causada pelas mudanças na macroeconomia resvalando no desemprego estrutural; a situação espacial em forma de vida urbana; a diminuição da quantidade de filhos.

Segundo NASCIMENTO (2006, p. 14) *“A taxa de fecundidade total, que nos anos 50 e 60 girava em torno de 6,2 filhos por mulher, caiu para 5,8 em 1970, 4,6 em 1980, 2,8 em 1991 e, em 2000, está em torno de 2,3.”* E de acordo com publicação do Jornal ZERO Hora (2012),

A taxa de fecundidade no país (número de filhos por mulher) caiu para 1,9 filhos e já está abaixo da taxa de reposição da população (de 2,1 filhos), segundo dados do Censo 2010, divulgados nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de filhos por mulher era de 6,28 em 1960, antes de cair para 2,38, em 2000.

Esses índices mostram que há regiões, como Norte e Nordeste em que há maior número de filhos e que o índice de escolaridade também é menor. Ainda segundo a publicação, a Região Norte foi a única que apresentou taxa de fecundidade acima da taxa de reposição. Entre as mulheres com escolaridade de nível superior completo a taxa de fecundidade está bem abaixo da taxa de

reposição, ou seja, 1,14 filhos e, entre as de escolaridade de nível fundamental incompleto, a média é de 3,09 filhos.

Em 1990 o governo brasileiro sancionou a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - como forma de coibir os abusos e violência contra crianças em todo o País. No Artigo 4º Da Lei 8.069, pode-se observar

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Muitos desses direitos já encontravam amparo na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos da ONU.

E o Artigo 19 do ECA providencialmente determina que

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Como se pode observar a família ainda é o espaço mais favorável à formação do indivíduo sob todos os aspectos, pois é ali que se configura o espaço da segurança para o bom desenvolvimento do ser humano, pois é ali que se estabelecem laços de afetividade que propiciam um crescimento harmônico.

Mas observa-se a entrada em cena de um novo elemento, uma instituição como para compartilhar com a família a responsabilidade pela socialização das crianças: a escola. À instituição escolar cabe respaldar a família na educação e consolidar as transformações da complexa rede de instituições e práticas culturais. É nela que as famílias vão depositar a confiança de cuidar os seus filhos. Com isso, essa instituição passa a ser percebida como um espaço a serviço da ideologia dominante, como pode ser visto em BOURDIEU (2004), apud SANTOS (2011, p. 5):

Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos (língua, arte, ciência, religião, cultura etc.) cumprem a sua função política de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a “domesticação dos dominados.

Após a ditadura militar, vários movimentos sociais promovem debates sobre a necessidade de o Estado promover políticas públicas capazes satisfazer as aspirações das massas populacionais.

No tocante à educação, a Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN ou Lei de 9.394/96 veio ao encontro dos anseios populares ampliando o conceito e responsabilidades pela formação cidadã que agora passam a ser partilhados por

outros setores da vida social, como pode ser visto nos Artigos 1º 2º e Parágrafos a seguir.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao compartilhar a responsabilidade sobre a educação dos filhos com outras instituições não retira das famílias os deveres para com a formação dos filhos, mas a coloca na obrigação de zelar para que a lei seja cumprida. Ou seja, à família cabe encaminhar e acompanhar o desempenho escolar.

A Lei nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006, alterou a redação dos Artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96 implantando o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

No caso das crianças com menos de seis anos, a Educação Infantil, seja em creches ou escolas para essa faixa etária, a socialização é importante para o desenvolvimento e socialização, pois como aponta KISHIMOTO (2011, p. 10)

No mundo das miniaturas se brinca sozinho, sentado, com pequenos brinquedos. Mesmo que a representação esteja presente, não ocorre a ampla motricidade, os amigos para dividir brincadeiras. O brincar solitário explica-se pelo novo modo de vida da família que se reduz, às vezes, à mãe, que trabalha e deixa a criança, em recintos pequenos, com a TV ou com seus brinquedos.

Ao ingressar no espaço escolar ou na creche essa criança vai aprender a compartilhar brincadeiras, interagindo com outras da mesma idade sob a orientação de uma professora qualificada para esse trabalho.

O Ministério da Educação – MEC através do *“Departamento de políticas de educação infantil e ensino fundamental, coordenação geral do ensino fundamental”* lançou em 2004 um documento intitulado Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais – para nortear o desenvolvimento do Ensino Fundamental, reconhece que (MEC, 2004, p. 10) consta que

O que se tem aprendido com um currículo que fragmenta a realidade, seus espaços concretos e seus tempos vividos? Trata-se de um modelo disciplinar direcionado para a transmissão de conteúdos específicos,

organizado em tempos rígidos e centrado no trabalho docente individual, muitas vezes solitário por falta de espaços que propiciem uma interlocução dialógica entre os professores. É com esse cenário que as escolas são convidadas a pensar sob uma outra perspectiva, para provocar mudanças no tradicional modelo curricular predominante em grande parte das escolas de nosso país.

O MEC reconhece a necessidade de reestruturar os currículos do Ensino Fundamental que até então apareciam fragmentados e um aprendizado que não contemplava as reais necessidades das crianças do século XXI.

Para KISHIMOTO (2011, p. 11), *“Fala-se da importância da infância, mas são poucos os projetos com sua participação. Os adultos falam pelas crianças, que não têm voz, não são ouvidas”*. Possivelmente o fato de os adultos terem sido educados em sistemas rígidos com que não lhes possibilitavam expressar seus anseios vejam nessa questão uma forma de mostrar que podem e devem determinar o que é melhor para as crianças. Mas, apesar da legislação vigente e das diretrizes e orientações do MEC, para muitas crianças da população mais pobre do país, o acesso a esse mundo de convívio social com outras da mesma idade ainda parece difícil, como pode ser observado em KUHLMANN JR. (2000, p. 7)

a segmentação do atendimento da criança pobre em instituições estruturadas precariamente continua na agenda dos problemas da educação infantil brasileira. A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista.

A creche pode representar uma alternativa para as mães trabalhadoras que não têm com quem deixar as suas crianças. Como vivemos um momento histórico de intensa socialização fora do ambiente familiar e com leis que a amparam, a criança precisa se adaptar à realidade e interagir com outras crianças, desde a mais tenra infância. Isto é precisa aprender a conviver, a partilhar brinquedos e lidar com as dificuldades. A escola maternal ou creche pode representar a inserção da criança nessa jornada por razões já vistas acima, pois muitas dessas crianças não têm com quem brincar e em espaço para fazê-lo.

Essa proposta, segundo KUHLMANN JR. (2000, p. 9), tem sua gênese no programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 que previa o *“desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternas e jardins-de-infância) e de todas as instituições peri-escolares e pós-escolares.”* Aos poucos,

segundo o autor, a nomenclatura foi substituída de jardim-de-infância para instituição de 2 a 4 anos e de jardim-de-infância para as de 5 e 6 anos.

De acordo com a Declaração de Salamanca aprovada por aclamação em Salamanca, Espanha em 1994, reconhece o direito de todas as crianças à educação, reforçando o que estabeleceu a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Observa-se que aqui se incluem todas as crianças, não distinguindo idades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam as instituições no sentido de que nas suas propostas pedagógicas assegurem as condições de trabalho coletivo, assim como a organização de materiais, espaços e tempo no sentido de assegurar às crianças

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (BRASIL 2010, p. 21)

A inserção social da criança em instituições de ensino desde os primeiros anos deve garantir-lhe o desenvolvimento integral, portanto cabe às instituições que recebem essas crianças desenvolver mecanismos que lhes permitam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento integral.

Na organização da proposta do Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idades, BEAUCHAMP et al (2007, p. 17) destacam que

Ao discutir infância, creche e escola, é importante tratar de temas como: direitos humanos; a violência praticada contra/por crianças e jovens e seu impacto nas atitudes dos adultos, em particular dos professores; as relações entre adultos e crianças e a perda da autoridade como um dos problemas sociais mais graves do cenário contemporâneo. As relações estabelecidas com a infância expressam a crítica de uma cultura em que não nos reconhecemos.

As relações sociais das sociedades complexas por natureza são conflituosas, dada a complexidade de expressões culturais e experiências vivenciadas pelos seus diferentes atores. Com isso, a interação os problemas sociais cada vez mais complexos e, por vezes críticos. Nesse caso, o Estado como provedor de garantias de direitos, conforme prevê a Carta Magna, precisa prover políticas públicas que garantam oportunidades iguais para todos os cidadãos, independentemente de idade.

Em KUHLMANN JR. (2000), vemos que no final dos anos de ditadura militar, as manifestações promovidas pelos movimentos: sindical, popular, feminista e estudantil, questionando e exigindo o fim do regime militar no país, colocaram no palco das discussões questões como novas concepções educacionais em que deveriam ser discutidos temas relacionados aos papéis da família e da instituição educacional. Com isso, segundo o autor

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As idéias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla. (KUHLMANN JR., 2000, p. 11).

Portanto, a preocupação do Ministério da Educação em organizar as orientações curriculares para a Educação Infantil não são fruto do acaso, mas emergem da necessidade e das lutas sociais, como forma de garantir aos cidadãos de todos os níveis sociais o acesso à educação também nos primeiros anos, como forma de minimizar os conflitos advindos da urbanização intensa. A proposta, contudo era de estender esse direito também às crianças do meio rural, razão pela qual as DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL destinam um espaço à Proposta Pedagógica e as Infâncias do Campo, segundo a qual, “*As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta*”, com objetivos específicos para atendimento dessas populações. (BRASIL, 2010, p. 240).

DIAS (2012), para quem as concepções atuais da socialização perseveram na construção do ser social via inúmeras e variadas negociações com seus próximos e, simultaneamente na construção da identidade do ser humano,

Ao indivíduo é dada a responsabilidade por seu próprio processo de socialização, na medida em que necessita significar suas experiências. Se a teoria clássica da Sociologia compreende o processo de socialização enquanto sinônimo de interiorização dos valores, crenças e papéis sociais, Dubet (1996), verificando a existência de contextos de ação diversificados na modernidade, aponta que o indivíduo já não é mais capaz de interiorizar papéis, mas apenas de fundar experiências, cabendo-lhe significar as diferentes experiências sofridas. Dessa maneira, ele deixa de ser mero objeto de socialização para se tornar agente.

Entende-se, portanto que em meio a gama de modos de vida e culturas da sociedade urbanizada, os sistemas escolares precisam adequar mecanismos que permitam aos seus diferentes atores garantias de socialização, respeitando as diferenças e os ritmos de cada um aprender.

Há ainda a necessidade de se considerar a dificuldade que algumas crianças têm de interagir com os colegas e com os professores dentro das instituições escolares, entre as quais os filhos únicos. Mas este assunto merece um capítulo especial, como será feito a seguir.

CAPÍTULO III

AS DIFICULDADES DE CONVIVER COM AS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil (até os cinco anos de idade) caracteriza-se por uma etapa da vida em que as crianças precisam de grandes cuidados. Nesse sentido, pode-se afirmar que elas têm direitos especiais de atendimento pela própria condição de vulnerabilidade em que se encontram.

Assim sendo, KUHLMANN JR. (2000, p. 1), observa que *“Daí a proposição de que as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem um direito da criança.”* Por essa razão, a legislação vigente, incluindo-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), busca esclarecer que a criança precisa ser respeitada e valorizada na sua individualidade, como prevê o Artigo 5º *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”*. Trata-se, portanto, de garantir a esta faixa etária por ser uma fase de extrema vulnerabilidade, um atendimento que a tire do constrangimento ou a prive de viver com dignidade.

Para SANTOS (2011, p. 5), os filhos de famílias mais abastadas são colocados em instituições privadas e acompanham o seu desempenho escolar com regularidade, enquanto os filhos das famílias pobres inscrevem seus filhos em instituições (creches e escolas) públicas, cujos *“professores reclamam das dificuldades de aprendizagem e empenho dos alunos, bem como, da falta de participação dos pais na vida escolar dos seus filhos.”* Além disso, na atualidade, cada vez mais mães e pais desejam seguir uma carreira profissional e, por falta de ajuda no cuidado dos filhos, associada aos altos custos financeiros relacionados à educação e educação de uma criança, razão pela qual optam por um filho apenas: o filho único. (LUWISCH, 2011).

De acordo com BEAUCHAMP et all, (2007), organizadora do ensino fundamental de nove anos orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, o propósito da educação infantil não é preparar as crianças para o ingresso

no ensino fundamental, mas trata-se de uma etapa da educação com objetivos específicos a serem alcançados tendo como ponto de partida o respeito e os cuidados próprios desse período da primeira infância. Nessa fase há metodologia específica para estimular o aprendizado das crianças.

Para KISHIMOTO (2011), são muitos os estudos a respeito de alunos que com baixo rendimento escolar, que têm dificuldades na aprendizagem e resultam em encaminhamentos a profissionais especializados. Essa tem sido uma realidade constante em escolas públicas.

Em SANTOS (2011, p. 6), o autor lembra a insistência no discurso de que *“a família tem que participar ativamente da vida escolar de seus filhos, sendo preciso considerar as famílias que não possuem cabedal cultural e nem disponibilidade de tempo em razão de assegurar a sua subsistência.”* Esse discurso em nada contribui para melhorar o desempenho do aluno. O que parece ainda não estar claro para as pessoas envolvidas com a instituição escolar (professores e gestores) é que a escola, principalmente a pública, tem dificuldade de conviver com as diversidades familiares, tenham os pais tempo disponível para acompanhar o desempenho escolar dos seus filhos ou não. (SANTOS 2011).

Do ponto de vista da socialização da criança na pequena infância, DIAS (2012, p. 74), ressalta que

Com efeito, mudanças sociais geradas a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como a crescente preocupação com relação à proteção das crianças, contribuíram para a criação de novas instâncias públicas de socialização. Tal fato pode ser observado na recente ampliação do período da jornada escolar, na criação de espaços especialmente destinados às crianças como clubes, academias, bufês, entre outros.

No entanto, a partir do momento em que um número cada vez maior de pais passa a fazer uso de tais serviços, e em muitos casos não acompanhando as experiências de seus filhos, é possível observar o discurso paradoxal que afirma que os adultos cada vez mais gostam e se preocupam com as crianças, embora dediquem cada vez menos tempo a elas.

Esse exemplo demonstra o quanto as atitudes sociais em relação à infância contradizem muitas vezes os discursos socialmente construídos. Ainda que na contemporaneidade um maior número de casais opte por ter filhos, cada vez menor é o tempo dedicado a eles, em razão das diversas demandas exigidas socialmente, “o que revela a existência de uma [...] ambivalência das atitudes sociais dos adultos perante a infância no que diz respeito à relação entre o que queremos para as nossas crianças e as condições em que algumas vivem.

Pode-se perceber que há muito ainda a ser pesquisado sobre esse tema, pois além da abrangência de estudo, isto é, o tema pode ser analisado sob

diferentes ciências, permite que se observe a riqueza de contribuições que ele oferece para a compreensão dessa rica etapa da vida humana.

Em relação ao filho único como já foi observado ao longo deste trabalho, inúmeras são as razões que atualmente levam os casais a optarem por apenas um filho. Segundo ASAPH (2012), há vantagens e desvantagens em ter apenas um filho, pois nesse caso os adultos acabam descarregando sobre este filho suas expectativas e suas frustrações. Se tivessem mais de um filho, certamente esses sentimentos e sensações seriam distribuídos entre eles. O autor lembra que o fato de um filho único poder desfrutar de uma vida melhor e desta maneira tudo o que os pais fazem está centrado nesse filho, o que acaba gerando um grande problema: o do filho excessivamente mimado por ter tudo à sua disposição.

Nessa mesma linha de raciocínio ROBERTA (2012), aponta que tanto o pai, quanto a mãe estão em busca da autossatisfação pessoal e que isso fez aumentar a “Síndrome do filho único”, embora essa condição tenha contribuído para melhorar a situação financeira da família. A autora afirma ainda que essas perdas são reforçadas por fatores como a internet e os aparelhos eletrônicos. O uso de aparelhos eletrônicos de última geração está cada vez mais cedo ao alcance das crianças e estas dominam tecnologias com mais facilidade que alguns adultos.

No livro “Limites na medida certa” Içami Tiba (1996, p. 15), afirma que

As crianças aprendem a comportar-se em sociedade ao conviver com outras pessoas, principalmente com os próprios pais. A maioria dos comportamentos infantis é aprendida por meio da imitação, da experimentação e da invenção.

É válido afirmar que a família é o primeiro grupo social em que a criança se insere e, nesse caso, é no seio desta família que as crianças começam a desenvolver seu aprendizado.

Para TIBA (1996, p. 18) “*As intensas mudanças vividas de maneira muito rápida pela segunda geração tiveram um custo na educação da terceira, cujo preço, provavelmente alto, ainda não podemos estimar.*” Pode-se compreender no discurso do autor que a permissibilidade acabou por limitar as responsabilidades dos filhos, e com isso, os pais acabam perdendo a autoridade sobre os filhos.

Mais adiante, TIBA (1996, p. 18) aponta também que

As instituições de ensino, cuja tarefa é introduzir as crianças nas normas da sociedade, muitas vezes se omitem. **O professor também perdeu a autoridade inerente à sua função.** Quanto maior a perda, mais anárquica tornou-se a aula. Ao admitir um “príncipe escolar”, em vez de ajudar o aluno a viver em sociedade, o professor acaba por prejudicar seu crescimento.

Como se pode observar, deve haver uma forma de se estabelecer limites às crianças tanto no ambiente familiar, quanto no espaço escolar. Se a criança for educada sabendo que não se pode ter tudo o que se deseja, nem fazer tudo o que se quer dentro de casa, será mais fácil adotar esse comportamento em outros espaços sociais.

Para ASAPH (2012), a tendência dos filhos únicos é de terem dificuldades de se relacionarem com outras crianças ou adolescentes de suas idades. O fato de viverem com adultos (pais) gera um grande problema nas suas relações sociais. As crianças precisam viver sua infância e pensar como criança para que se torne um adulto socialmente saudável. Para o autor, o que importa é que os pais de filhos únicos ou não sejam amigos dos seus filhos e garanta que na vida aprendemos corrigindo nossos erros.

3.1 O COMPORTAMENTO DE FILHOS ÚNICOS NO AMBIENTE ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ARIPUANÃ /MT.

Para avaliar o impacto de ser filho único sobre as características de relacionamento com amigos e pais, desempenho escolar e comportamento social, foi realizada uma pesquisa com dez mães de uma turma de crianças de 3 e 4 anos do Centro de Educação Infantil Albertina dos Santos da cidade de Aripuanã/MT. A coleta de dados da pesquisa de campo foi feita através da elaboração de um questionário, respondido pelas mães desses alunos, para saber como eles dão limites e como colocam as regras para seu filho, já que, a maneira como os pais educam seus filhos reflete em sobre o seu comportamento na escola e na sociedade. Será observado também o comportamento dos primogênitos, bem como acontece a socialização desses alunos na sala de aula.

Para manter o anonimato das mães entrevistadas, foi atribuído um pseudônimo às entrevistadas, caracterizando-as como nomes de flores e folhagens.

A primeira pergunta foi discursiva: Como é o relacionamento com seu filho? A resposta de Rosa¹ foi: *“Ele é muito agressivo. Já me ameaçou com tapas e socos. Quando quer algo que eu não tenho ou não posso dar, mesmo diante da presença de outras pessoas. Confesso que já passei até vergonha por estes motivos”*. Para

¹ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

Hortência² “às vezes ele demonstra resistência para me respeitar, dizendo que não gosta de mim, que gosta é da avó, que vai morar com ela e não vai mais voltar para casa. Isso acontece todas as vezes que chamo a atenção dele”. Margarida³ respondeu: “Tenho um relacionamento harmonioso. É uma filha carinhosa. Gosta contar os acontecimentos de seu dia e sempre quer ter-me por perto. É uma filha ciumenta e se outra criança se aproximar ou fizer carinho em mim logo ela se entristece e procura um motivo para chamar minha atenção”. Para Samambaia⁴ “É um relacionamento tranquilo. Ele sabe que sou autoridade em casa. Ele me respeita e é um filho carinhoso que às vezes me surpreende com um abraço e um ‘eu te amo, mãe’. Sempre tiro um tempo para perguntar como foi o seu dia e assim fazer com que ele se sinta importante para mim”.

A resposta de Tulipa⁵ foi surpreendente: “É uma criança muito egoísta. Não gosta de dividir seus brinquedos e alimentos. Se eu ou o pai insistirmos para que divida com outras crianças, ele fica chateado, se joga no chão corando para chamar à atenção. Então acabo desistindo da ideia de dividir seus pertences e ele então fica contente com minha decisão”. A resposta de Avenca⁶ foi: “às vezes ele gosta de ficar sozinho e gosta de brincar com os brinquedos. É uma criança inquieta. Eu penso que ele sente minha falta devido ao fato de eu trabalhar o dia inteiro. Eu trabalho para conseguir comprar nossa casa e às vezes eu compro brinquedos para ele ficar mais tranquilo”.

Kananchuê⁷ respondeu que trabalha o dia inteiro e só tem os finais de semana para estar com ele. Segundo ela, “À noite ele costuma dormir cedo. Dedico os finais de semana para ele. Passamos juntos, compro o que ele gosta e assim consigo e o carinho dele sem me estressar”. Papoula⁸ respondeu “Gosto de brincar sempre com meu filho, já que é o que tenho de mais valioso. Ele me ama, me abraça e me beija. É muito carinhoso, sempre me conta os acontecimentos do dia-a-dia. Sinto que o nosso bom relacionamento aumenta a cada dia”. Para Camélia⁹ “Em casa demonstra bom comportamento, mas na escola, a professora já me comunicou

² Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

³ Pseudônimo atribuído à mãe de uma aluna.

⁴ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

⁵ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

⁶ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

⁷ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

⁸ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

⁹ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

que é uma criança tímida, quase não relata o que deseja, ou seja, suas ansiedades. Procuo conversar muito sobre as regras de convívio social". A última entrevistada, Violeta¹⁰ respondeu que *"É um relacionamento difícil, pois ele me responde mal e sempre acabo estressada, já que trabalho o dia inteiro e o tempo que tenho, ele não me respeita, porém converso com ele para melhorar a situação. Mas esta situação acaba sendo rotineira".*

Ao analisar as respostas dadas pelas mães, há algumas considerações a serem feitas. No caso de Rosa, mãe de um garoto agressivo, filho único, pode estar acontecendo o que afirma TIBA (1996, p. 16), pois

cada vez que os pais aceitam uma contrariedade, um desrespeito, uma quebra de limites está fazendo com que seus filhos não compreendam e rompam o limite natural para seu comportamento em família e em sociedade.

Pode ocorrer que é que o garoto não tenha recebido orientação na primeira vez que agrediu a mãe e, por essa razão, continue a se comportar como tal.

No caso da Hortência, o filho parece sentir na figura da avó a segurança de que não será repreendido. Por sua vez, Tulipa reconhece que o filho é egoísta e que acaba sempre fazendo o que ele quer. ROBERTA (2012, p. 1), denomina casos como este de *"Coitado dele quando os pais fazem de tudo para sossegá-lo e atendem seus desejos, pois, assim, ele está perdendo uma grande oportunidade de aprender a lidar com a insatisfação."*

Para TIBA (1996, p. 37-38) esse é um caso de criança birrenta e que

A birra é uma ruptura no relacionamento; por meio dela o birrento impõe à outra pessoa uma condição: "Se você me atender, ótimo; caso contrário, vai sofrer muito". Trata-se de um estado psicótico de comportamento em que se nega a razão para fazer prevalecer uma vontade.

Esse comportamento pode ser comum entre as crianças menores em que os pais muitas vezes não sabem como agir diante dessas birras e acham melhor fazer a criança ser atendida para que não chore e não grite.

No caso de Avenca, ela mesma responde o filho pode estar sentindo a falta da mãe. Mas daí comprar brinquedos pensando com isso tranquilizar o filho pode não ser a melhor alternativa, pois o fato de ter que trabalhar o dia inteiro a faz sentir-se culpada por não dar atenção ao filho, como afirma TIBA (1996, p. 47),

Ao voltar para casa e tirar o uniforme social (símbolo da sua ausência) para vestir o de dona-de-casa (símbolo da sua presença), o instinto maternal alimenta a culpa feminina de ter estado ausente. Essa mãe tem sempre a

¹⁰ Pseudônimo atribuído à mãe de um aluno.

impressão de contrariar o instinto materno ao negar algo aos filhos. Por mais adequado que seja um não, ainda assim custa-lhe muito aplicá-lo.

O caso de Kananchuê é bem semelhante ao de Avenca: compensar a falta de afetividade com bens materiais. A resposta de Papoula demonstra que ela e o filho têm uma convivência bem harmoniosa e isso pode representar grande maturidade por parte da mãe. Talvez a grande contribuição desse comportamento esteja relacionada ao fato de ser mãe de mais dois filhos.

Merece atenção especial a resposta de Camélia e, talvez o filho dessa senhora precise de um atendimento especial, pois não é comum a criança ter comportamentos distintos em casa e na escola.

A resposta da Violeta mostra que o relacionamento com o filho é pouco harmonioso, já que o filho não a respeita. Isso pode estar relacionado ao que afirma TIBA (2011, p. 1), *“Digo com bastante convicção que é devido ao que o filho recebeu, como educação ou não, do que lhe aconteceu desde que nasceu. Raríssimos são os casos em que as crianças nascem desobedientes.”*

A segunda pergunta feita às mães foi: Como interage nas brincadeiras com os coleguinhas?

Rosa respondeu que o filho tem dificuldades para compreender as regras. Deixa de respeitar a presença do colega e às vezes é agressivo com os colegas para conseguir o que quer. Segundo a mãe, *“Ele sabe que isso é errado porque quase sempre pede desculpas”*.

Na fala de Hortência, o filho gosta de brincar em grupo, mas já observou que ele gosta de brincar principalmente com os meninos e, se alguma menina se aproximar, *“logo ele põe a mesma para correr sem participar das brincadeiras, porque ele diz que é só de homens”*.

Margarida afirma que a filha gosta de ter coleguinhas para brincar e que é vaidosa, porém se desentende muito fácil e não gosta de compartilhar seus brinquedos. Segundo a mãe, *“Até chega a mostrar seus brinquedos para as coleguinhas, mas não deixa nem pegar. Se alguém tentar pegar um, leva um tapa”*.

Ao se referir ao filho, Samambaia afirma que é uma criança bondosa com os colegas, que compartilha os seus brinquedos, porém quando um colega bate nele, *“ele não acaba e acaba em briga, empurra, bate e até morde mesmo sendo uma criança maior que ele”*. Para Tulipa, o filho *“adora tomar os brinquedos dos colegas mesmo não lhe pertencendo, mas se ele gosta, ele toma”*. A explicação para

esse comportamento pode ser vista em MAIA (2008, p. 57), que se caracteriza como a fase em que *“O egocentrismo nessa fase se faz presente, e o pensamento é caracterizado por apresentar relação entre a realidade e a fantasia. A maturação neurofisiológica se completa, permitindo o desenvolvimento de novas habilidades.”* A criança está em desenvolvimento e vai assimilando novas habilidade, portanto cabe aos adultos que estão próximos a ela orientá-la para que deixe o egoísmo e aprenda bons hábitos. Por outro lado, essa sensação pode ser vista como uma defesa da criança. Mais uma vez, parece que o egocentrismo é marca da faixa etária da criança desse período.

O filho de Avenca, segundo a mãe *“É muito explosivo e demonstra sua insatisfação com muita rapidez. Se algum coleguinha o desagradar logo ele empurra demonstrando assim que não gostou. Percebo que ele gosta é de brincar sozinho. Até fala com seus brinquedos”*.

Kananchuê fala que o filho tem facilidade de interagir com os colegas, porém não gosta de compartilhar brinquedos. Para ela, é um menino *“Criativo e sempre inventa brincadeiras, histórias e músicas. Até consegue transmitir recados simples. É uma criança expressiva”*.

A resposta de Papoula foi que o filho gosta de fazer amizades e se divertir muito. Compartilha seus brinquedos, porém se alguém discutir ou bater nele, ele revida. Segundo ela, o filho *“Procura sempre participar das brincadeiras em grupo, principalmente as que envolvem jogos. Sabe esperar sua vez”*. A resposta de Camélia foi semelhante da de Papoula. Segundo ela, o filho gosta de brincar em grupo, desde que seja ele a estabelecer regras. Segundo ela, o filho gosta de brincar de *“motorista de ônibus e os colegas são os passageiros, ordenando o lugar de cada um. No ônibus imaginário, ninguém pode sair do seu lugar, obedecendo sempre ao motorista”*. Por sua vez, Violeta afirma que seu filho *“Tem dificuldades de brincar com outras crianças e que sempre que ocorre algo que ele não gosta, faz birra e se isola dos colegas. Muitas vezes até bate neles. Já prometi comprar novos objetos e brinquedos para ver se melhora esse comportamento, mas nada mudou”*.

De acordo com WALLON (1971, p. 246), a criança *“a partir dos 3 anos, consegue realmente agir e se safar sozinha das dificuldades.”* Como se pode observar, a maturidade é um processo que a criança vai desenvolvendo gradativamente. É o que WALLON (1971, p. 246), aponta como sendo

O Desdobramento efetuado entre sua personalidade e a do outro, inicia a criança a experimentar o poder da sua, utilizando para tanto todas as circunstâncias favoráveis. Com as pessoas passíveis caírem sob o seu domínio, sobretudo os parentes, mostra-se exigente, ciumenta e pretende tornar-se o objeto exclusivo de suas solitudes.

(...)

Assume uma fisionomia amistosa ao abordar outras crianças, para se apoderar de seus brinquedos.

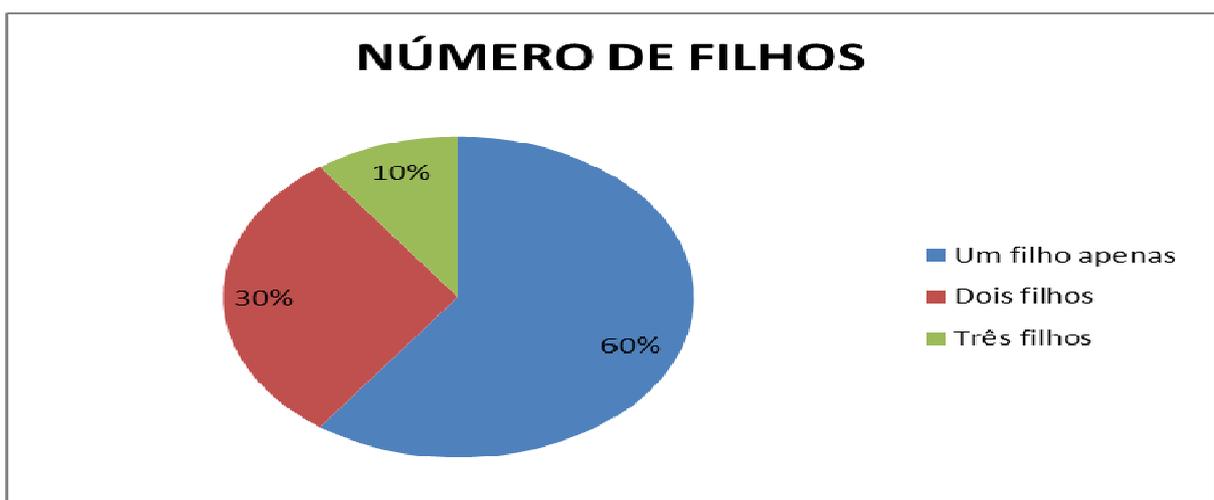
Durante este período de crise, parece a todo instante movida por uma comparação latente entre ela e os outros. Não mais se aproxima de qualquer criança, mas somente daquelas de quem acredita poder usufruir alguma vantagem.

O caso do filho de Violeta pode ser visto como típico do que VALLON (1971), aponta como a intenção de usufruir de alguma vantagem. De qualquer forma, a criança parece ter consciência de que a mãe se frustrará pela falta de compreensão, pois como ela prometeu comprar brinquedos, certamente o fará mesmo que ele não se esforce em melhorar seu comportamento.

Na maioria das respostas das entrevistadas percebe-se que as crianças ainda não assimilaram a importância de compartilhar os brinquedos, e isso pode ser próprio da idade (3 a 4 anos), pois de acordo com WALLON (1971, p. 250), *“Apesar de um possível arrependimento posterior, a criança está perfeitamente consciente de que a ruptura da transação não depende somente dela.”*

A terceira pergunta foi objetiva sobre quantos filhos as mães têm. As respostas foram tabuladas e aparecem no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Numero de filhos



Fonte: Elaborado pela autora 2012.

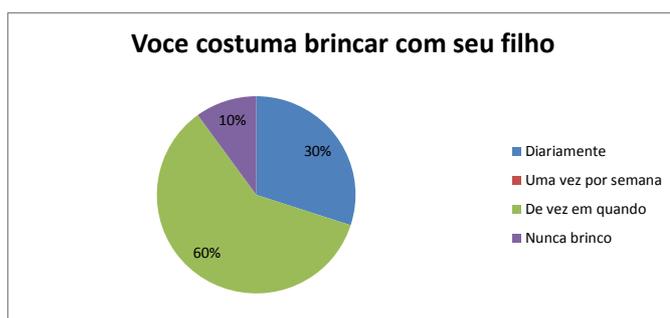
De acordo com o que foi visto no Capítulo II sobre os dados do IBGE apontam que a taxa de fecundidade no país (número de filhos por mulher) caiu para 1,9 filhos por família. No gráfico 1 acima pode-se observar que esses dados tendem

a se confirmar. Há que se considerar que as famílias entrevistadas para a realização deste trabalho, são pais jovens, pois as crianças em questão são de três e quatro anos e que essas famílias poderão ter outros filhos ainda. Nesse sentido o percentual apresentado de 10% com três filhos, 30% com dois filhos e 60% com apenas um filho pode mudar e não espelhar a realidade no futuro.

A respeito da quarta pergunta: Você costuma brincar com seu filho, observa-se que 10% das mães entrevistadas parecem não perceber a importância dessa ação para o desenvolvimento do filho. Daí demonstrarem não entender as birras, as dificuldades que as crianças têm em interagir com outras crianças e até mesmo a timidez na escola. Apenas 30% delas tiram um tempo para brincar com o filho e 60% apenas de vez em quando. Nessas condições, o comportamento dos filhos pode ser uma forma de chamar a atenção. Isso pode ser observado em TIBA (1996, p. 40-41) aponta que uma criança *“abandonada afetivamente tem autoestima baixa e procura garantir-se por meio da exigência da saciedade dos seus mínimos desejos. Torna-se intolerante diante das frustrações porque não tem dentro de si a força saudável da felicidade”*.

O Gráfico 2 a seguir mostra que a questão foi elaborada com quatro opções, sendo que a opção “uma vez por semana” não foi apontada por nenhuma das mães pesquisadas.

Gráfico 2 – Você costuma brincar com seu filho:

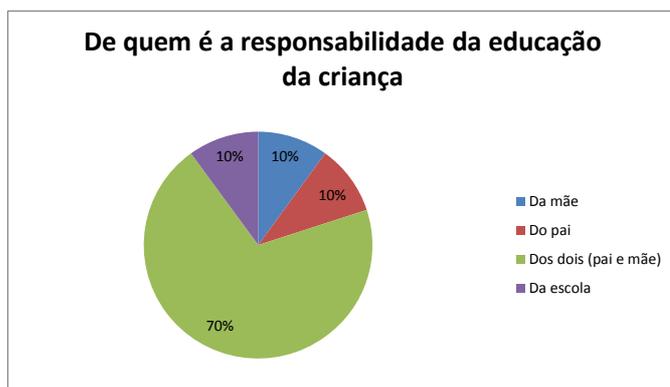


Fonte: Elaborado pela autora 2012.

O mais curioso, porém, foram as opções de respostas assinaladas para a questão cinco, - De quem é a responsabilidade da educação dos filhos. Ainda há

quem atribua à escola essa função 10% das entrevistadas, assim como 10% acha que é do pai e outros 10% atribui esta função apenas à mãe. Das entrevistadas, 70% parecem ter consciência de que dos dois (pai e mãe), como mostra o gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – De quem é a responsabilidade da educação da criança:



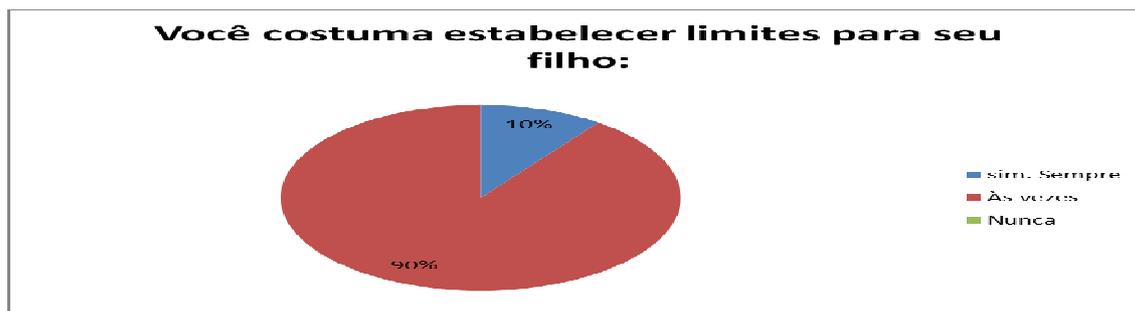
Fonte: Elaborado pela autora 2012.

Outra curiosidade aparece com relação à pergunta de nº 6 que está relacionada ao estabelecimento de limites para o filho. Das entrevistadas, 90% afirmaram que o fazem às vezes. Apenas 10% disseram que sempre o fazem. Essas atitudes podem caracterizar uma forma de compensar os filhos por não poderem estar perto deles durante a semana. TIBA (1996, p. 46-47) tem uma explicação bastante clara, pois segundo ele

Nas últimas décadas, a mulher emancipou-se e ganhou destaque socioeconômico, profissional e cultural, mas na grande maioria o instinto materno, a inclinação para ocupar-se da perpetuação da espécie, ainda fala mais alto que todas as suas conquistas. Em virtude desse instinto é que ainda hoje as mulheres sentem-se culpadas por ficar longe dos filhos.

E, por se sentirem responsáveis, mesmo que inconscientemente acabam querendo compensar a ausência, permitindo que o filho faça tudo o agrada. O gráfico 4 a seguir mostra essa realidade.

Gráfico 4 – Você costuma estabelecer limites para seu filho:



Fonte: Elaborado pela autora 2012.

A sétima pergunta foi para saber um pouco como foi desde a gravidez da criança, como é a saúde, o sono e a alimentação desta. Na maioria das respostas se observa o que afirma TIBA (1996, p. 61) sobre as permissões, pois segundo o autor, muitas delas nascem

da impaciência, do cansaço, da preguiça, do comodismo e da perda de referência dos pais para educar. Educar dá muito trabalho. E essa permissão, às vezes, está implícita no olhar ou até mesmo no tom de voz, apesar de a frase ser “não pode”.

Há momentos em que a criança precisa saber que o “não pode” não significa que os pais não gostem dela, mas ela precisa aprender a lidar com diferentes situações.

A resposta de Rosa foi que na gravidez ela trabalhava como cozinheira para trabalhadores na colheita de café e que às vezes sentia alguma dor, mas foi uma gravidez tranquila. Quanto ao filho, afirma que “às vezes tem uma gripe passageira, mas nada de grave. Gosta de dormir em rede. Acorda tarde, por volta de nove horas da manhã. Alimenta-se bem, come de tudo e que demonstra ter um bom apetite”.

A resposta de Hortência foi de que morava sozinha quando descobriu que estava grávida. Segundo ela “ainda tentei impedir o nascimento desta criança. Fui na farmácia, tomei uma injeção, mas não funcionou. Não sei se foi por sorte ou por Deus ter-lhe poupado a vida. Hoje ele tem 4 anos de idade, tem anemia, ele está tomando vitamina. Sua alimentação? Ele prefere comer bobagens, mas no almoço e no jantar ele só belisca”. Diríamos que se trata de uma criança que precisa de muita atenção. Possivelmente, ao curar a anemia ela também possa alimentar-se melhor. Quanto à questão de a mãe ter tentado livrar-se da gravidez, possivelmente tenha sido um momento de frustração diante de uma realidade para a qual não se sentisse preparada. De qualquer maneira, o fato de morar sozinha e, portanto no momento sentir-se desprotegida. Em relação à alimentação, TIBA (1996, p. 47-48) afirma que se a criança ficar um dia sem se alimentar não há prejuízos à sua saúde. Segundo

ele “*pelo contrário, pode educá-la. A obsessão materna de saciar a fome do filho a qualquer custo o impede de aprender o ciclo vital fome/saciedade, essencial para criar a disciplina relativa ao ato de comer.*” As mães precisam compreender essa realidade e deixar essa obsessão de lado, pois pode-se perceber que a criança aos poucos vai sentir a necessidade de se alimentar e dessa maneira irá fazê-lo naturalmente.

A Margarida afirmou que a gravidez foi um período delicado e que não podia contar com o apoio do pai e teve que ficar sozinha nesse período. Quanto à filha, ela afirma que “*Tem alegria, que durante o sono acorda assustada e ‘ama comer feijão’. Para comer outros tipos de comida de alimento, nas principais refeições, tenho que prometer alguma coisa, como comprar brinquedos, doces, até mesmo passear na pracinha, então acabo conseguindo fazê-la comer uma quantidade maior*”. É um caso bem semelhante ao de Hortência, pois a mãe, na ânsia de ver a filha nutrida, a mãe parece sentir-se aliviada. Nesse caso TIBA (1996, p. 37) esclarece que

Quando os pais não respeitam a disciplina biológica da criança (enfiando comida em sua boca quando ela *não* está com fome; mandando que ela fique quieta desnecessariamente;

(...)

No começo, será apenas negação, oposição e choro; mais tarde, virão a argumentação e a modificação de comportamento.

A preocupação da mãe em prometer brinquedo ou doce pode demonstrar que a criança já esteja nesse processo de mudança de comportamento. Se a mãe ficar só na promessa e não a cumprir, isso poderá frustrar a criança e mais tarde levá-la a sentir uma sensação de abandono. É o que TIBA (1996, p. 39) observa que “*Nesse momento é possível que comece uma briga de benefícios que mais tarde tende a converter-se em uma briga de custos*”.

Samambaia disse que foi uma gravidez até confortável, pois tinha todo o apoio do pai da criança e dos familiares. O filho é uma criança saudável, que dorme bem e quanto à alimentação, adora salada. Segundo ela este hábito de alimentação é bem difícil de encontrar em crianças, mas “*penso que a criança aprende aquilo que o pai ou a mãe, as pessoas com quem ele convive fazem isto também, ele vai fazer ou aprender. Eu adoro comer saladas, então ele acaba aprendendo a comer*”.

Em relação à gravidez, Tulipa afirmou que “*foi difícil porque quando fiquei grávida eu ainda era uma adolescente, os meus pais não aprovavam o meu relacionamento com o meu namorado. Mesmo assim, nós nos encontramos às*

escondidas e acabei ficando grávida, quando meu namorado disse que o filho não era dele e me deixou a chorar. Passei a gravidez toda muito triste porque tive que ficar na casa dos meus pais e os mesmos faziam questão de me recordar todos os acontecimentos". O filho, segundo ela é saudável, mas às vezes, no meio da noite acorda chorando assustado. Em relação à alimentação, afirma que a alimentação preferida do filho é sopa.

A resposta de Avenca a esta pergunta *"Foi difícil. Separei do meu marido porque o mesmo gostava de outra mulher. Mesmo grávida tomei esta decisão. Procuo esconder a minha tristeza desta criança".* Ao falar do filho, afirma que é saudável, que costuma dormir tarde. A alimentação preferida é carne, frango e iogurte. E acrescenta *"Vejo que ele se entristece quando chamo a sua atenção. Quer fazer de tudo, mas sem nenhuma cobrança, ou quase nenhuma".* Aqui se evidencia o pensamento de LUWISCH (2001, p. 1), sobre o crescimento saudável da criança, pois segundo ela, *"os pais devem estar atentos e impor limites na medida do necessário, com o cuidado para não satisfazer sempre todos os seus desejos, pois também é importante que o filho aprenda a lidar com a frustração."*

Kananchuê afirmou que foi um período difícil, porque ela não queria ter filhos, porém, *"com o carinho do meu esposo aceitei a situação.* Para ela, o filho é saudável, às vezes acorda assustado e só gosta de comer salgadinhos e doces. Para fazer com que se alimente melhor, afirma que *"Para ele se alimentar nas refeições principais, eu faço um jogo: olha se você não comer arroz, feijão, salada e carne, não vou deixar você comer salgados e doces. Então você vai ficar bem fraquinho e o homem que passa na rua com um saco nas costas vai levar você. Então ele fica com medo e acaba comendo".* Aqui, percebe-se que a criança acaba chantageada pela mãe e está sendo educada pelo medo. Desta maneira, no momento que a criança descobrir os argumentos da mãe, poderá deixar de confiar nela pois

se a criança come para agradar a mamãe, o não comer passa a ser uma maneira de castigá-la. É clássico a mãe brincar: "Olha o aviãozinho" e ploft!, enfiar a comida na boca da criança. Nesse caso, comer deixou de ser um ato de sua responsabilidade e transformou-se numa arma para arrancar outros benefícios da mãe. TIBA (1996, p. 43)

A criança confia na mãe e ao descobrir que a mãe mente, poderá achar que isso é normal e que ela, a criança poderá fazer o mesmo. É nessa situação que TIBA pode estar se referindo à arma para arrancar outros benefícios.

Papoula afirmou que sentia muitas dores e enjoo, porém teve apoio da família. O filho é uma criança e tem um sono bem tranquilo. Mas a alimentação, sempre *“prefere doces, mas faço com que ele se alimente de frutas e legumes. Para ele se alimentar em quantidade maior, falo que irei comprar brinquedos, aí coloco a comida em sua boca, enfim, invento várias formas ara ver meu filho com aquela barriga bem cheia. Não importa os comentários que façam a nosso respeito. Esta foi a forma mais simples que encontrei para agradar meu filho e ao mesmo tempo a mim”*.

A gravidez de Camélia foi parecida da de Papoula, com muito enjoo. Ela afirma que *“quase não me alimentava e isto era até motivo de discórdia com meu esposo, porque o mesmo dizia que era besteira da minha cabeça. Não sei se é por este motivo que esta criança sofre de bronquite. Quando a crise ataca, ele quase não dorme. E se ele não dorme, em seguida, mais ninguém naquela noite consegue dormir. É uma criança que quase não come, fica escolhendo alimentos, principalmente saladas e refrigerantes, dispensando assim, ou não dando importância para as principais refeições”*.

Com violeta, aconteceu que foi uma gravidez inesperada, mas segundo ela, aceitou a situação. Em relação ao filho, afirma que é uma criança alérgica e que durante o sono, às vezes tem pesadelos e ama biscoitos. Ela afirma que *“Para se alimentar melhor nos horários do almoço e jantar, o pai fala que vai comprar bicicleta para ele. Então ele acaba comendo não em uma quantidade grande, mas o suficiente para se saciar”*.

Em todas as respostas obtidas, foi possível observar que as mães tentam de uma forma ou de outra satisfazer as necessidades e vontades dos filhos. Isso pode contribuir para que as crianças tenham dificuldades de interagir entre o grupo no espaço escolar. Como foi observado que 60% das mães entrevistadas só têm um filho, ele pode ser estigmatizado nos ambientes fora de casa, por razões, como a que LUWISCH (2001, p. 1) alerta que

O conceito de filho único, muitas vezes, está associado com a extrema proteção e com a má educação. O filho único tem a fama de ser o centro do universo, egoísta, caprichoso, mal-educado e rebelde e com dificuldades de adaptação para integrar-se num grupo. Tem algumas características como: apego excessivo aos pais, exigir atenção imediata, conviver excessivamente com adultos e qualidades como saber se entreter sozinho e viver uma carga menor de ansiedade, por não ter que disputar o espaço nem a atenção dos seus pais com outros irmãos.

Nessas condições os pais precisam ficar atentos para evitar a superproteção, que em nada contribuirá para o bom desenvolvimento dos filhos, principalmente na faixa etária em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família brasileira da primeira metade do século XX (até a década de 1940) vivia no meio rural, razão pela qual era patriarcal, em que os filhos e a esposa eram submetidos às ordens do pai. Como essas famílias viviam da atividade agrícola, os filhos auxiliavam os pais nessas atividades de subsistência. A mãe era incumbida de cuidar das atividades domésticas e cuidar dos filhos pequenos.

Com a intensa urbanização promovida pela industrialização iniciada na década de 1960 transformações profundas ocorreram na sociedade. Nesse contexto, a mulher, estimulada pelos movimentos feministas começa a ocupar-se e a própria dinâmica social passa a ocupar um espaço no mercado de trabalho, mudança no padrão de vida foram fatores decisivos para que os casais reduzissem o número de filhos. Para NASCIMENTO (2006, p. 11), *“Em decorrência desta união ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido.”*

Aos poucos, as famílias foram dependendo de um lugar para deixar as crianças em segurança enquanto os pais estivessem trabalhando e, a educação infantil ganhou espaço na Constituição Brasileira de 1988 e em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente como forma de garantir que as crianças recebessem o necessário amparo cabendo ao Estado e à família a responsabilidade pelos direitos das crianças viverem com dignidade.

Mas as relações sociais foram alteradas profundamente e o filho único tem sido estudado por psicólogos, psicopedagogos, haja vista que o comportamento desses pequenos tem suscitado debates entre educadores. Para Içami Tiba (1996), um estudioso da área, o estabelecimento de limites e disciplina desde a primeira infância é a forma mais coerente de educar. Para esse autor, A sociedade moderna deve aprender lidar com esse desafio.

Ao confrontar os dados levantados na pesquisa com as mães de alunos do Centro de Educação Infantil, foi possível constatar o quanto falta ainda para que as mães compreendam a importância de realizar o que sugere TIBA (1996), qual seja, o que estabelecimento de regras claras de convivência para os seus filhos. Pode-se avaliar que os objetivos foram alcançados e que a literatura consultada contribuiu

para que esta pesquisadora encontre suporte para tentar seguir as orientações de estudiosos sobre o tema pesquisado, uma vez que é de suma importância ensinar as crianças desde os primeiros anos a respeitar o próximo, é a melhor forma de conviver com as diferenças e que todos, sejam adultos ou crianças têm que respeitar os limites para viver em harmonia consigo mesmo e com o próximo.

O estudo contribuiu ainda para respaldar a orientação às mães desses alunos, pois o que deixaram transparecer na pesquisa, não em palavras, mas em gestos, é que têm dificuldades de lidar com as birras e agressividade dos filhos. Nesse sentido, ficou combinado que serão promovidas reuniões mais frequentes para que, ao interagir com outras mães dentro do espaço escolar, seja possível buscar resoluções para melhorar o convívio dos seus filhos dentro de casa e na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. **Processos sociais e desenvolvimento - famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança.** 1997. Disponível em <www.pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 17 jul. 2013.

ARAUJO, Ceres. **Nem sempre a opção por um filho único é tranquila.** Disponível em <<http://www2.uol.com.br>>. Acesso em 17 jul. 2013.

ASAPH, William. **A síndrome do filho único.** 2012. Disponível em <<http://www.i7noticias.com>>. Acesso em 18 jul. 2013.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (organização). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BERQUÓ, Elza. **A família no século XXI.** 1989. Revista Brasileira de Estudos de População. Disponível em <www.abep.nepo.unicamp.br> Acesso em 18 jul. 2013.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **LEI 8.069/1990 - Estatuto da criança e do adolescente.** Disponível em <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 17 jun. 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI 9.394/96 – **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 17 jul. 2013;

BRASIL. **Lei nº 11.274,** de 6 de Fevereiro de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 16 jul. 2013;

BRASIL. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006;

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBERG Fúlvica. **Crerios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** 6.ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

DIAS, Sabrina da Costa. **A emergência da Sociologia da Infância: rupturas conceituais no campo da Sociologia e os paradoxos da Infância na contemporaneidade.** Veras Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz. 2012. Disponível em <www.iseveracruz.edu.br/revistas>. Acesso em 16/07/2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A LDB e as instituições de educação infantil: desafios e perspectivas.** 2011. Disponível em <www.citrus.uspnet.usp.br>. Acesso em 21 jul. 2013

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira.** 2000. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em 21 jul. 2013.

LAUWE, Chambart de. HENRI, Paul. **A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades.** 1965. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt>>. Acesso em 16 jul. 2013.

LUWISCH, Mariagrazia Marini. **Filho único.** 2001. Disponível em <<http://www.psiconline.net>>. Acesso em 16 jul. 2013;

MAIA, Cristiane Martinatti. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.** Obra organizada pela ULBRA. Canoas: IBEPEX, 2008;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - COORDENAÇÃO GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS – 2004. Disponível em www.portal.mec.gov.br. Acesso em 16 jul. 2013;

NABINGER, Sylvia. **Proteção social e família.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira: ontem e hoje.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu/MG. Brasil, 2006. Disponível em <www.143.107.236.240/disciplinas>. Acesso em 16 jul. 2013.

OLIVEIRA, Aloídes Souza de. **Família: um desafio para os assistentes sociais.** 2012. Disponível em <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 16 jul. 2013;

ROBERTA, Paula. **Psicopedagoga.** 2012. Disponível em <<http://www-psicopedagoga-aqui.blogspot.com.br>>. Acesso em 15 jul. 2013.

SANTOS, Flávio Reis dos. **As transformações sofridas pela família e pela escola no mundo contemporâneo.** 2011. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com>>. Acesso em 17 jul. 2013;

SILVA, Mônica Cristina da e CHAVEIRO Eguimar Felício. **Demografia e família: as transformações da família no século XXI.** 2009. Disponível em <www.revistas.ufg.br>. Acesso em 16 jul. 2013.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral e OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da história.** 2000. Disponível em <www.abpp.com.br/>. Acesso em 16 jul. 2013;

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1996.

TIBA, Içami. **O dizer "não" na educação.** 2011. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br>>. Acesso em 16 jul. 2013.

VIEIRA, Talita Carmonia. **A família brasileira.** 2010. Disponível em <www.webartigos.com>._Acesso em 16 jul. 2013.

WALLON, Henri. **AS ORIGENS DO CARÁTER NA CRIANÇA: Preludio do Sentimento de Personalidade.** Tradução de Pedro da Silva Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

ZERO Hora (on line). Número de filhos por mulher já está abaixo da taxa de reposição da população. 2012. Disponível em <<http://zerohora.clicrbs.com.br>>. Acesso em 17 jul. 2013.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR MÃES DE ALUNOS

1) Como é o relacionamento com seu filho em casa?

2) Como o seu filho interage nas brincadeiras com os coleguinhas?

3) O seu filho é:

() único; () tem um irmão; () tem dois irmãos; () tem mais de dois irmãos.

4) Você costuma brincar com seu filho:

() diariamente () uma vez por semana
() nunca brinca () de vez em quando

5) De quem é a responsabilidade pela educação da criança?

() da mãe; () do pai; () dos dois; () da escola.

6) Você costuma estabelecer limites para o seu filho:

() sim, sempre; () às vezes; () nunca.

7) Descreva como foi a sua gravidez; como é a saúde, o sono e a alimentação do seu filho.
